

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: MARIA CELIA DO NASCIMENTO, brasileira, solteira, doméstica, portador do RG 200029076588 e CPF 430.893.643-87, residente e domiciliada na Rua Regina Estrela Cavalcante, nº 254, Jardim Guanabara, CEP 603458-27, Fortaleza/CE.

OUTORGADOS: EDER CAVALCANTE RODRIGUES, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE sob o nº 18.999, FÁBIO DA COSTA ALVES, brasileiro, casado, OAB/CE 20.134 e SABRINA LAGO FALCÃO, brasileira, casada, OAB/CE 22.228, com sede na Rua Coronel Francisco Pereira, 39, 2o andar, Messejana, Fortaleza-CE.

PODERES: Para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium", em qualquer juízo, instância ou Tribunal, inclusive repartições públicas federais, estaduais ou municipais, de qualquer natureza, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, postular na instância administrativa, usando recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes para tudo requerer e assinar, confessar, desistir, transigir, firmar compromisso ou acordos, receber e dar quitação, citações, notificações, intimações, alvarás judiciais, podendo representá-los em audiência de conciliação e julgamento e em especial para praticar todos os atos necessários no sentido da persecução em prol do outorgante, na esfera administrativa ou judicial, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao bom, fiel e cabal cumprimento deste mandato, podendo, ainda, subestabelecer esta a outrem, no todo ou em parte e com ou sem reservas de iguais poderes.

DECLARAÇÃO DE POBREZA:

declaro, firmado sob as penas das Leis 1060/50, que se encontra em estado de pobreza legal, não podendo arcar com as custas e demais despesas da presente demanda sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

HONORÁRIOS:

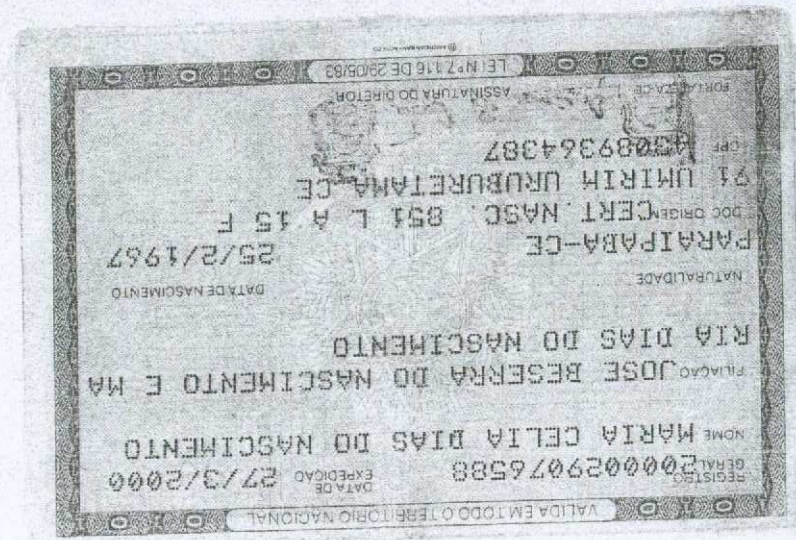
Em remuneração aos serviços profissionais supra referidos, pagarei aos advogados outorgados, ou a quem legalmente os substituir, quantia equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor apurado na condenação, sendo devido somente no caso de procedência da ação, ou realização de acordo judicial ou extrajudicial, ficando desde logo autorizada a retenção na ocasião do pagamento, mediante dedução da quantia que vier a receber ou for depositada em minha conta vinculada do FGTS, em favor do escritório contratado, em forma antecipada, não importando a quantidade de parcelas estabelecidas em eventual acordo entre as partes. (art. 22, Parágrafo 4º da Lei 8.906/94), ficando ainda, esclarecido ser devido independentemente da condenação em honorários de sucumbência, que pertencem exclusivamente

Celia Dias

aos advogados contratados. Em caso de renúncia por parte da outorgante, a parte contratante pagará o percentual acima estabelecido sobre o valor apurado em condenação judicial.

Fortaleza-CE, 28 julho de 2017.

Maura Elina Dias do Nascimento
OUTORGANTE



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO DA COSTA ALVES e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 27/06/2018 às 09:36, sob o número 01430735820188060001. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0143073-58.2018.8.06.0001 e código 38C93A9

EXMO.(A) SR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA – CEARÁ.

MARIA CELIA DIAS DO NASCIMENTO, brasileira, solteira, do Lar, ID – 2000029076588, CPF – 430.893.643-87, residente na Rua Regina Estela Cavalcante, 254 – Jardim Guanabara – CEP – 60.345-827 – Fortaleza – Ceará, por seus bastantes procuradores e advogados “in fine” assinado, legalmente constituídos na forma definida pela procuração Adjudicia, em anexo, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através do Procedimento Sumário, art. 275, do Cód. De Proc. Civil, e com fulcro na Lei nº 6.194/74, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT em desfavor de SEGURADORA LÍDER – DPVAT**, companhia de seguros participante do CONSÓRCIO DE SEGURADORAS que operam o seguro de danos pessoais causadas por veículos de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, 74-5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fatos e de direito a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer à Vossa Excelência seja deferido o benefício da GRATUIDADE DE JUSTIÇA, com embasamento na Lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela Lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

DA SITUAÇÃO FÁTICA

A requerente é mãe solteira e teve sua filha – **VITÓRIA DIAS PEREIRA**, vitimada em ACIDENTE DE TRÂNSITO no dia 16/12/2014, BOLETIM DE OCORRÊNCIA, anexa e falecida no dia seguinte, conforme Guia Policial de Exame Cadavérico ao IML.

Ocorre Excelência que apesar de na CERTIDÃO DE NASCIMENTO constar o nome do Sr. **RAIMUNDO PEREIRA NETO**, como pai da vítima-**VITÓRIA DIAS PEREIRA**, *este nunca assumiu a paternidade da mesma e simplesmente sumiu sem deixar o rastro de seu paradeiro*. Nunca lhe deu nada e jamais deu notícia de si mesmo. Mas por constar o nome do mesmo na CERTIDÃO DE NASCIMENTO da vítima, a SEGURADORA estar se negando a pagar a outra metade do seguro. A requerente tentou por todos os meios possíveis achar o paradeiro do Sr. RAIMUNDO PEREIRA NETO, mas nada conseguiu, isto inclusive nas redes sociais.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pela filha da requerente, culminando com o óbito, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu direito.

DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal n° 6.194/74 modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores paguem anualmente uma taxa que garanta, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Assim, resta claro que a requerente deve ser indenizada pelo seguro, como medida de direito, visto ser mãe solteira da vítima.

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança da resolução desta causa.

Diante do exposto, seguindo a causa pelo rito sumário, em face da regra cogente do art. 275, II, e, do CPC, requer-se: a citação da SEGURADORA LÍDER, para que compareça à audiência previamente designada, apresentando defesa caso queira, sob pena de revelia, prosseguindo-se nos ulteriores termos de Direito, para no final ser a ação julgada procedente com a condenação da parte requerida ao pagamento do Seguro Obrigatório(DPVAT), no valor R\$ 6.750,00(seis mil, setecentos e cinquenta reais), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas processuais e honorários de advogado na base de vinte por cento sobre o valor total do débito e demais cominações legais.

Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser a requerente pessoa pobre nos termos da Lei n° 1.060/50.

Protesta o alegado através de todos os meios de prova em direito admitido, especialmente pelos documentos inclusos, e prova testemunhal.

Dá-se a causa o valor de R\$ 6.750,00(seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento.

Fortaleza, 29 de março de 2017.

JOÃO BATISTA ISABEL E SILVA – OAB/CE 12.629

LARISSA HELENA PEREIRA OSTERNE – OAB/CE 30.544

NATÁLIA CHAVES DE LIMA – OAB/CE 33.788

Rol de Testemunhas:

1. LUIZA ZEFIRINO DAMASCENO, RUA ANTONIO ARRUDA, 1719 – JARDIM GUANABARA, NESTA CAPITAL.
2. LUIS ONOFRE DA SILVA JÚNIOR, AV. MOZART PINHEIRO LUCENA, 1252 – CJ. NOVA ASSUNÇÃO – BARRA DO CEARÁ – NESTA CAPITAL.

PROCURAÇÃO

Eu, **MARIA CÉLIA DIAS DO NASCIMENTO**, brasileira, solteira, do Lar, ID - 2000029076588, CPF - 430893643-87, residente e domiciliada na rua Regina Estela Cavalcante, 254 - Jardim Guanabara - CEP - 60.345-827 - Fortaleza - Ceará. Nomeia e constitui seus procuradores - **JOÃO BATISTA ISABEL E SILVA, OAB/CE 12.629; LARISSA HELENAPEREIRA OSTERNE, OAB/CE - 30.544 e NATÁLIA CHAVES DE LIMA, OAB/CE - 33.788, Escritório na Av. Benu Marcondes, 310 - Cj. Nova Assunção - Barra do Ceará - Cels. 98590-7463(Oi) e 98559-4195(Tim) - CEP - 60.347-500**, ortogando-lhes amplos, gerais e ilimitados poderes inerentes ao bom fiel cumprimento, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no art. 38, do Cód. De Processo Civil, para possam assim realizar todos os atos que forem necessários, inclusive: passar recibos, assinar e retirar documentos perante qual órgão ou entidades governamentais de repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, bem assim a particulares ou empresas privadas.

Fortaleza, 17 de março de 2017.

Maria Célia Dias do Nascimento

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, **MARIA CÉLIA DIAS DO NASCIMENTO**, brasileira, solteira, do Lar, ID – 20000290765588, CPF – 430893643-87, residente e domiciliada na rua Regina Estela Cavalcante, 254 – Jardim Guanabara – CEP – 60.345-827 – Fortaleza – Ceará, declaro que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda, sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da acepção. Declaro ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeita caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299, do Código Penal.

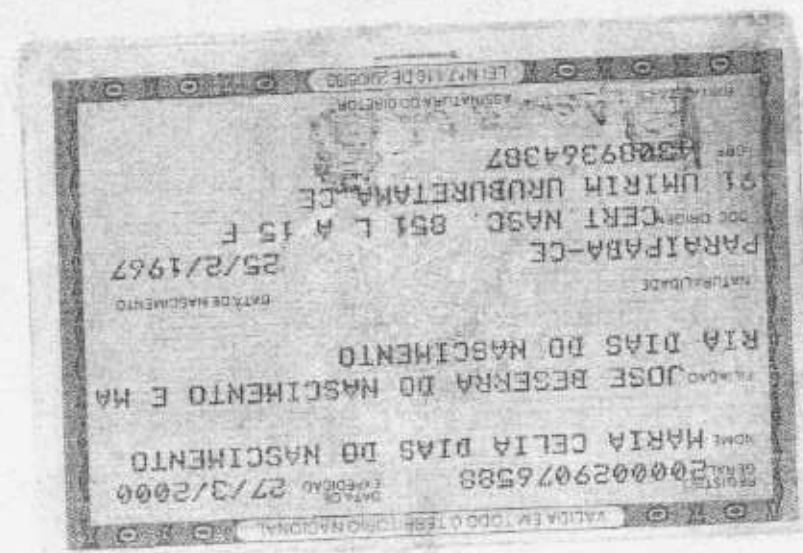
Fortaleza, 17 de março de 2017.

Maria Célia Dias do Nascimento

[illegible]

Correspondence: H. H. H. J. de Wit, Department of ENT and Otorhinolaryngology, University Hospital Groningen, P.O. Box 30.001, 3000 AA Groningen, The Netherlands. Tel.: +31 (0) 30 306 1111. Fax: +31 (0) 30 306 1112. E-mail: h.h.h.de.wit@azg.umcg.nl

Nº do Cliente: 6969337-6 Referência: Jul/2016
 Data de Emissão: 25/07/2016 Total a Pagar (R\$): 69,33
 Nº da Nota Fiscal: 440056732 Nº de Controle: 0006969337-00012 39122 22
 83800600000-9 69330031000-3 00069693370-2 00128912208-7



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS NATURAIS

Comarca de Arapoeira - TO
Município de Pau D'Arco - TO
Wilmor Pereira da Silva
OFICIAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO TOCANTINS
Município de PAU D'ARCO

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que do Livro A nº 04 Fls. 99/99 Sob o nº 1996
ocorreu o registro do nascimento de: VITÓRIA DIAS PEREIRA

08, 11, 00, ep, Hospital Municipal da
Paraipaba-Ceara.:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x
:xx às 12:40 hs. de sexo feminino
Filho de: Raimundo Pereira Neto
e de: Maria Celis Dias do Nascimento

Com as profissões de: lavradores

Naturalidade: Paraipaba-Ce. e Araguapaz-GO
:xx:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x

Residentes em: nesta cidade

Avós paternos: Manoel Pereira dos Santos e
Francisca Maria dos Santos.:x:x:x:x
Avós maternos: João Bezerra do Nascimento e
Maria Dias do Nascimento.:x:x:x:x:x:x

Fol declarante: os pais de registrando.:x:x
e testemunhas: Declaração de Nascido Vivo do
Hospital acima mencionado.:x:x:x:x:x:x

Obs.: Feito o registro em: 01/07/2.001
:xx:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x

O referido é verdade e dou fe x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x
PAU D'ARCO, 01, 07, 2.001

Wilmor Pereira da Silva
O Oficial do Reg. Civil



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
VITÓRIA DIAS PEREIRA

Matrícula:

0203960155 2014 4 00028 531 0020795 13

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
<input type="checkbox"/> feminino <input type="checkbox"/> masculino	<input type="checkbox"/> branca <input type="checkbox"/> parda <input type="checkbox"/> preta <input type="checkbox"/> amarela <input type="checkbox"/> vermelha <input type="checkbox"/> roxa <input type="checkbox"/> cinza	<input type="checkbox"/> solteiro - 14ano(s) de idade <input type="checkbox"/> casado <input type="checkbox"/> viúvo <input type="checkbox"/> separado
NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	
Paraíba-CE	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
FILIAÇÃO E RESIDENCIA	ELEITOR	
Filha de RAIMUNDO PEREIRA NETO e MARIA CELIA DIAS DO NASCIMENTO. Residente no(a) RUA MOACIR COSTA, 07, CANA BRAVA, PARAÍPABA-CE	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
DATA E HORA DO FALECIMENTO	DIA MÊS ANO	
aos dezoisete (17) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e quatorze (2014) - às(s) 02:30 horas(s)	17	12 2014
LOCAL DE FALECIMENTO		
UF-CENTRO, FORTALEZA-CE		
CAUSA DA MORTE		
CHOQUE HEMORRÁGICO(HIPOVOLEMICO); TRAUMA ABDOMINAL FECHADO; POLITRAUMATISMO		
SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO)	DECLARANTE	
Cemitério DE PARAÍPABA-CE	JULIANO DIAS DO NASCIMENTO	
NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO		
Válmir Pinheiro Filho, CRM Nº 4765		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES		
Registro feito no Livro C-28, Folha 531, Termo 20795, em 23/12/2014. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 22564126-7		

CARTÓRIO V. MORAES
3º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ
Vitor Storch de Moraes - Oficial Registrador
Rua Castro e Silva, 97, bairro Centro, Fortaleza, CE
CEP: 60.030-010 - Telefone: 85.3231-4170

Feito por:

GRA001193-

Válido somente com selo de autenticidade

Emolumentos: ISENTO



Ana Elizabeth Pinto Gondim Cavalcante
Escritorinha
Registro Civil da 3ª Zona
CARTÓRIO V. MORAES
FORTALEZA - CEARÁ

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Fortaleza, CE, 27 de Janeiro de 2015.
Ana Elizabeth Pinto Gondim Cavalcante
ESCREVENTE



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE PARAIPABA

GUIA POLICIAL DE EXAME CADAVÉRICO
AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL

BO Nº 134 - 33322 / 2014

GUIA Nº 134 - 4219/2014

PARAIPABA, 17 de dezembro de 2014

Requisito ao Instituto Médico Legal o Exame Cadavérico da pessoa abaixo qualificada:

Nome: **VITÓRIA DIAS PEREIRA**
Nacionalidade: **BRASIL** Naturalidade: **PARAIPABA/CE**
Data de Nascimento: **08/11/2000** Estado Civil: **SOLTEIRO(A)**
Grau de Instrução: **1o. GRAU INCOMPLETO** Profissão: **ESTUDANTE**
Filiação: **RAIMUNDO PEREIRA NETO**
MARIA CÉLIA DIAS DO NASCIMENTO
Documento de Identificação: **REGISTRO CIVIL** Número: **1996**
Órgão Emissor: **UF:**
Residência: **R MOACIR COSTA, 7** **CANA BRAVA** **62.685-000**
PARAIPABA/CE
Local da Ocorrência: **NI,**

NAO INFORMADO
PARAIPABA/CE

Data e Hora da Ocorrência: **16/12/2014 18:00:00**
Local da Morte: **IJF-CENTRO-FORTALEZA-CEARA**
Data e Hora da Morte: **17/12/2014 02:30:00**
Informações prestadas por: **MARIA ANGELITA DIAS DO NASCIMENTO**
Endereço: **R DOMINGOS BARROSO, 39**

CENTRO
PARAIPABA/CE

Informações sobre a morte: **VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO.**
Suspeitas preliminares: **ACIDENTE**
Laudo Cadavérico para: **DELEGACIA MUNICIPAL DE PARAIPABA**

DELEGADO PATRICIA LOPES ARAGÃO - 198764-1---1

TERMO DE RECEBIMENTO DE GUIA POLICIAL DE EXAME CADAVÉRICO AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL.

Declaro que recebi da DELEGACIA MUNICIPAL DE PARAIPABA a Guia de número **4219/2014** do município **PARAIPABA.**
Em **___/___/___**.

Nome/Assinatura



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DO 34. DISTRITO POLICIAL

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 134 - 33322 / 2014

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: ACIDENTE DE TRÂNSITO
Data / Hora da Comunicação: 17/12/2014 14:00:41
Data / Hora da Ocorrência : 16/12/2014 18:00:00
Endereço da Ocorrência: NI

NAO INFORMADO PARAIPABA/CE

Ponto de Referência:

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: VITÓRIA DIAS PEREIRA
Nascimento : 08/11/2000
REGISTRO CIVIL: 1996 Órgão Emissor: UF: - CPF:
Filiação: RAIMUNDO PEREIRA NETO
MARIA CÉLIA DIAS DO NASCIMENTO
Endereço: R DOMINGOS BARROSO 39
62685000
PARAIPABA CE BRASIL

Telefone: 8586026870

Histórico

GUIA EXPEDIDA PARA O IML- VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO.

Noticiante(s)

Nome : MARIA ANGELITA DIAS DO NASCIMENTO
Endereço : R DOMINGOS BARROSO 39
Bairro : CENTRO
Município/UF : PARAIPABA CE BRASIL

Telefone:

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA MUNICIPAL DE PARAIPABA

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :

"ESCRIVAO AD HOC"

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO :

VISTO DO DELEGADO(A) :

ROMERIO MOREIRA DE ALMEIDA - MAT.: 000144-0-7

DELEGACIA DO 34. DISTRITO POLICIAL
R Princesa Isabel, 1236
FARMAS BRITO FORTALEZA


Seguradora Líder - DPVAT


DPVAT 40 ANOS

Rio de Janeiro, 15 de Abril de 2015

Carta n.º: 6776622

A/C: MARIA CELIA DIAS DO NASCIMENTO

Sinistro: 3150194523
Vítima: VITORIA DIAS PEREIRA
Data Acidente: 16/12/2014
Natureza: MORTE
Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: MARIA CELIA DIAS DO NASCIMENTO

Valor: R\$ 6.750.00

Banco: 104

Agência: 000001560

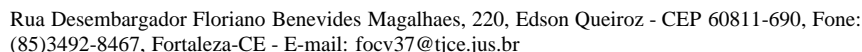
Conta: 0000036550-5

Tipo: CONTA POUPANÇA

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



Processo nº: **0122635-45.2017.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Maria Celia Dias do Nascimento**
 Requerido: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
 DPVAT S/A**

Abrir a tela, colocar o n° do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0359/2017, encaminhada para publicação.

Advogado
Joao Batista Isabel E Silva (OAB 12629/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "Embora relativo a Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT, o presente processo não se assemelha às demandas repetitivas em trâmite nesta vara, em razão da especificidade do pedido formulado.Com essa ressalva, deverá a promovente informar acerca da existência, ou não, de filhos e/ou cônjuge/companheiro da de cujus, devendo, em caso afirmativo, qualificar e requerer a citação deste(s) para figurar(em) como litisconsorte(s) passivo(s) necessário(s), tendo em vista a ordem de vocação hereditária, de necessária observância para recebimento do Seguro, conforme arts. 4.º da Lei 6.194/74, 792 e 829 do Código Civil.Em caso negativo, será necessário qualificar e requerer a citação de Raimundo Pereira Neto, pai da falecida (fl. 8), pois este não integra qualquer dos polos processuais e também figura na ordem de vocação hereditária, sendo igualmente indispensável, na ausência de filhos e/ou cônjuge/companheiro da de cujus, sua participação neste processo na qualidade de litisconsorte passivo necessário.Por força do art. 115, parágrafo único, do CPC, a falta de participação de litisconsortes necessários dá ensejo à extinção do processo.Intime-se, com prazo de 15 dias, para emendar a petição inicial, atendendo ao que acima indicado, sob pena de indeferimento (CPC/2015, arts. 321, parágrafo único, e 485, I)."

Do que dou fé.
Fortaleza, 25 de maio de 2017.

Diretor(a) de Secretaria

Este documento é cópia do processo em andamento. Para conferir o original, acesse o site <https://seap.tjce.jus.br/procjweb>, informe o número do processo 0122635-45.2017.8.06.0001 e o número da certidão 289393AF.

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0359/2017, foi disponibilizado na página 287-288 do Diário da Justiça Eletrônico em 26/05/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 30/05/2017, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Joao Batista Isabel E Silva (OAB 12629/CE)	15	20/06/2017

Teor do ato: "Embora relativo a Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT, o presente processo não se assemelha às demandas repetitivas em trâmite nesta vara, em razão da especificidade do pedido formulado.Com essa ressalva, deverá a promovente informar acerca da existência, ou não, de filhos e/ou cônjuge/companheiro da de cujus, devendo, em caso afirmativo, qualificar e requerer a citação deste(s) para figurar(em) como litisconsorte(s) passivo(s) necessário(s), tendo em vista a ordem de vocação hereditária, de necessária observância para recebimento do Seguro, conforme arts. 4.º da Lei 6.194/74, 792 e 829 do Código Civil.Em caso negativo, será necessário qualificar e requerer a citação de Raimundo Pereira Neto, pai da falecida (fl. 8), pois este não integra qualquer dos polos processuais e também figura na ordem de vocação hereditária, sendo igualmente indispensável, na ausência de filhos e/ou cônjuge/companheiro da de cujus, sua participação neste processo na qualidade de litisconsorte passivo necessário.Por força do art. 115, parágrafo único, do CPC, a falta de participação de litisconsortes necessários dá ensejo à extinção do processo.Intime-se, com prazo de 15 dias, para emendar a petição inicial, atendendo ao que acima indicado, sob pena de indeferimento (CPC/2015, arts. 321, parágrafo único, e 485. I)."

Do que dou fé.
Fortaleza, 29 de maio de 2017.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

37^a Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8467, Fortaleza-CE - E-mail: focv37@tjce.jus.br

CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO

Processo nº: **0122635-45.2017.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Maria Celia Dias do Nascimento**
 Requerido: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO
 DPVAT S/A**

CERTIFICO, para os devidos fins, que decorreu o prazo legal da intimação de fls. 13 (Certidão de Publicação de fls. 15) e nada foi apresentado ou requerido.

O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 21 de julho de 2017.

Sarah Cavalcante Sampaio
Assistente de Unidade Judiciár
Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de **atos e transmissão de peças processuais** será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2o Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

37ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8467, Fortaleza-CE - E-mail: focv37@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0122635-45.2017.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Maria Celia Dias do Nascimento**
 Requerido: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/ASEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

Cuida-se de ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT.

Intimada para emendar a petição inicial, a parte autora ficou-se inerte, conforme certificado às fls. 16.

Vieram-me os autos conclusos para decisão.

Uma vez oferecida a petição inicial, o magistrado poderá adotar alguma das seguintes posturas: determinar a citação do promovido, caso a peça inaugural ache-se regular e em termos; determinar a emenda da petição inicial no prazo de 10 (dez) dias, quando contiver algum vício sanável, à luz do que determina o art. 321, do CPC/2015; ou indeferir-la de plano, caso a exordial esteja maculada por algum vício insanável bem como na hipótese do art. 332, CPC/2015.

In casu, determinou a intimação do promovente para emendar a petição inicial e "informar acerca da existência, ou não, de filhos e/ou cônjuge/companheiro da de cujus, devendo, em caso afirmativo, qualificar e requerer a citação deste(s) para figurar(em) como litisconsorte(s) passivo(s) necessário(s), tendo em vista a ordem de vocação hereditária, de necessária observância para recebimento do Seguro, conforme arts. 4.º da Lei 6.194/74, 792 e 829 do Código Civil. Em caso negativo, será necessário qualificar e requerer a citação de Raimundo Pereira Neto, pai da falecida (fl. 8), pois este não integra qualquer dos polos processuais e também figura na ordem de vocação hereditária, sendo igualmente indispensável, na ausência de filhos e/ou cônjuge/companheiro da de cujus, sua participação neste processo na qualidade de litisconsorte passivo necessário. Por força do art. 115, parágrafo único, do CPC, a falta de participação de litisconsortes necessários dá ensejo à extinção do processo".

Uma vez comprovado o decurso *in albis* do prazo para emenda da inicial, seu indeferimento é medida que se impõe, consoante inteligência do art. 330, IV, do CPC/2015, o que ocasiona, por via de consequência, a extinção do processo sem resolução de mérito, nos precisos termos do art. 485, I, do CPC/2015. De outra banda, caso não haja o preparo do feito, o art. 290 do Código de Processo Civil prevê o cancelamento da distribuição, o que importa obviamente em extinção do processo.

Saliento, por último, que esta situação processual não obsta a que a parte interessada, salvo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

37^a Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, 220, Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85)3492-8467, Fortaleza-CE - E-mail: focv37@tjce.jus.br

caso de perempção, proponha nova e idêntica demanda, desde que comprovado o pagamento ou depósito de custas e honorários advocatícios.

Isto posto, **INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL** para, em seguida, **EXTINGUIR O PRESENTE PROCESSO sem resolução de mérito**, o que faço com fundamento nos arts. 485, I, 321 e 330, IV, do Código de Processo Civil de 2015.

Deixo de condenar a parte autora em honorários advocatícios tendo em vista a inexistência de formação da relação processual.

Defiro a parte autora o benefício da gratuidade judiciária para, requerida pela autora na petição inicial, de sorte que lhe suspendo a exigibilidade do pagamento de custas e honorários advocatícios, na forma do art. 98, § 3º, do CPC/15, que somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguidose, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

Com o trânsito em julgado desse *decisum*, proceda-se o arquivamento do feito, com baixa na distribuição, sem prejuízo de futura execução da verba de sucumbência.

Publique. Registre-se. Intime-se.

Fortaleza/CE, 21 de julho de 2017.

Claudio Ibiapina

Juiz¹

Assinado por Certificação Digital

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de **atos e transmissão de peças processuais** será admitido nos termos desta Lei.

- ~ 2o Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0596/2017, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Joao Batista Isabel E Silva (OAB 12629/CE)	D.J
Larissa Helena Pereira Osterne (OAB 30544/CE)	D.J
Natália Chaves de Lima (OAB 33788/CE)	D.J

Teor do ato: "Isto posto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL para, em seguida, EXTINGUIR O PRESENTE PROCESSO sem resolução de mérito, o que faço com fundamento nos arts. 485, I, 321 e 330, IV, do Código de Processo Civil de 2015. Deixo de condenar a parte autora em honorários advocatícios tendo em vista a inexistência de formação da relação processual. Defiro a parte autora o benefício da gratuidade judiciária para, requerida pela autora na petição inicial, de sorte que lhe suspendo a exigibilidade do pagamento de custas e honorários advocatícios, na forma do art. 98, § 3º, do CPC/15, que somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindose, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. Com o trânsito em julgado desse decisum, proceda-se o arquivamento do feito, com baixa na distribuição, sem prejuízo de futura execução da verba de sucumbência. Publique. Registre-se. Intime-se."

Do que dou fé.
Fortaleza, 2 de agosto de 2017.

Diretor(a) de Secretaria

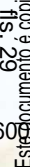
Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0596/2017, foi disponibilizado na página 221-222 do Diário da Justiça Eletrônico em 03/08/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 07/08/2017, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Joao Batista Isabel E Silva (OAB 12629/CE)	15	28/08/2017
Larissa Helena Pereira Osterne (OAB 30544/CE)	15	28/08/2017
Natália Chaves de Lima (OAB 33788/CE)	15	28/08/2017

Teor do ato: "Isto posto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL para, em seguida, EXTINGUIR O PRESENTE PROCESSO sem resolução de mérito, o que faço com fundamento nos arts. 485, I, 321 e 330, IV, do Código de Processo Civil de 2015. Deixo de condenar a parte autora em honorários advocatícios tendo em vista a inexistência de formação da relação processual. Defiro a parte autora o benefício da gratuidade judiciária para, requerida pela autora na petição inicial, de sorte que lhe suspendo a exigibilidade do pagamento de custas e honorários advocatícios, na forma do art. 98, § 3º, do CPC/15, que somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. Com o trânsito em julgado desse decisum, proceda-se o arquivamento do feito, com baixa na distribuição, sem prejuízo de futura execução da verba de sucumbência. Publique. Registre-se. Intime-se."

Do que dou fé.
Fortaleza, 4 de agosto de 2017.

Diretor(a) de Secretaria



29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29

29


29

29

29

29


CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS NATURAIS
 Comarca de Arapoeira - TO
 Município de Pau D'Arco - TO
Walmir Pereira da Silva
OFICIAL


 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DO TOCANTINS
 Município de Pau D'Arco

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que do Livro A nº 04 Fls. 99/Vg Sob o nº 1996
 consta o registro do nascimento de: VITÓRIA DIAS PEREIRA.

 Ocorrido aos: 08/11/00, em: Hospital Municipal da
Paraipaba-Ceara.:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:
 :x:x às 12:48 hs. de sexo feminino
 Filho de: Raimundo Pereira Neto
 e de: Maria Célia Dias do Nascimento
 Com as profissões de: lavradores
 Naturais de: Paraipaba-CE. e Araguapaz-GO.
 :x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:
 Residentes em: nesta cidade
 Avós paternos: Manoel Pereira dos Santos e
Francisca Maria dos Santos.:x:x:x:x:
 Avós maternos: João Bezerra do Nascimento e
Maria Dias do Nascimento.:x:x:x:x:x:
 Foi declarante: os pais da registrando.:x:x:
 e testemunhas: Declaração de Nascido Vivo do
Hospital acima mencionado.:x:x:x:x:
 Obs.: Feito o registro em: 01/07/2001
 :x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:
 O referido é verdade e dou fe x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:
Pau D'Arco, 01 / 07 / 2001


 O Oficial do Reg. Civil
Walmir Pereira da Silva



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

VITÓRIA DIAS PEREIRA

Matrícula:

0203960155 2014 4 00028 531 0020795 13

SEXO feminino	COR parda	ESTADO CIVIL E IDADE solteira - 14ano(s) de idade.		
NATURALIDADE Paraipaba-CE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO		ELEITOR Não	
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA Filha de RAIMUNDO PEREIRA NETO e MARIA CÉLIA DIAS DO NASCIMENTO. Residente no(a) RUA MOACIR COSTA, 07, CANA BRAVA, PARAIPABA-CE.				
DATA E HORA DO FALECIMENTO aos dezessete (17) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e quatorze (2014) - à(s) 02:30 hora(s)		DIA 17	MÊS 12	ANO 2014
LOCAL DE FALECIMENTO IJJ-CENTRO, FORTALEZA-CE				
CAUSA DA MORTE CHOQUE HEMORRÁGICO(HIPOVOLÊMICO); TRAUMA ABDOMINAL FECHADO; POLITRAUMATISMO				
SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO) Cemitério DE PARAIPABA-CE.		DECLARANTE JULIANO DIAS DO NASCIMENTO		
NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO Valmiro Pinheiro Filho, CRM Nº 4765				
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Registro feito no Livro C-28, Folha 531, Termo 20795, em 23/12/2014. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 22564126-7.				

CARTÓRIO V. MORAES

3º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ
Vitor Storch de Moraes - Oficial Registrador
Rua Castro e Silva, 97, bairro Centro, Fortaleza, CE
CEP: 60.030-010 - Telefone: 85.3231-4170

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Fortaleza, CE, 27 de janeiro de 2015.

Ana Elizabeth Pinto Gondim Cavalcante
ESCREVENTE

Feito por:

GRA001193-

Valido somente com selo de autenticidade

Emolumentos: ISENT0

Ana Elizabeth Pinto Gondim Cavalcante
Escrevente
Registro Civil da 3ª Zona
CARTÓRIO V. MORAES
FORTALEZA - CEARÁ





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE PARAIPABA

GUIA POLICIAL DE EXAME CADAVÉRICO
AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL

BO Nº 134 - 33322 / 2014

GUIA Nº 134 - 4219/2014

PARAIPABA, 17 de dezembro de 2014

Requisito ao Instituto Médico Legal o Exame Cadavérico da pessoa abaixo qualificada:

Nome: VITÓRIA DIAS PEREIRA

Nacionalidade: BRASIL Naturalidade: **PARAIPABA/CE**

Data de Nascimento: 08/11/2000 Estado Civil: **SOLTEIRO(A)**

Grau de Instrução: 1o. GRAU INCOMPLETO Profissão: **ESTUDANTE**

Filiação: RAIMUNDO PEREIRA NETO

MARIA CÉLIA DIAS DO NASCIMENTO

Documento de Identificação: REGISTRO CIVIL Número: **1996**

Órgão Emissor: UF:

Residência: R MOACIR COSTA, 7 CANA BRAVA 62.685-000

PARAIPABA/CE

Local da Ocorrência:

NI,

NAO INFORMADO

PARAIPABA/CE

Data e Hora da Ocorrência: 16/12/2014 18:00:00

Local da Morte: IJF-CENTRO-FORTALEZA-CEARA

Data e Hora da Morte: 17/12/2014 02:30:00

Informações prestadas por: MARIA ANGELITA DIAS DO NASCIMENTO

Endereço: R DOMINGOS BARROSO, 39

CENTRO

PARAIPABA/CE

Informações sobre a morte: VITIMA DE ACIDENTE DE TRANSITO.

Suspeitas preliminares: ACIDENTE

Laudo Cadavérico para: DELEGACIA MUNICIPAL DE PARAIPABA

DELEGADO PATRICIA LOPES ARAGÃO - 198764-1---1

TERMO DE RECEBIMENTO DE GUIA POLICIAL DE EXAME CADAVÉRICO AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL

Declaro que recebi da DELEGACIA MUNICIPAL DE PARAIPABA a Guia de número 4219/2014 do município PARAIPABA.

Em ____/____/____.

Nome/Assinatura

 Seguradora Líder - DPVAT



Rio de Janeiro, 15 de Abril de 2015

Carta n°: 6776622

A/C: MARIA CELIA DIAS DO NASCIMENTO

Sinistro:	3150194523
Vítima:	VITORIA DIAS PEREIRA
Data Acidente:	16/12/2014
Natureza:	MORTE
Procurador:	

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: MARIA CELIA DIAS DO NASCIMENTO

Valor: R\$ 6.750.00

Banco: 104

Agência: 000001560

Conta: 0000036550-5

Tipo: CONTA POUPANÇA

Em caso de duvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT